



Foi realizada no dia 7 de junho a reunião ordinária do Conselho Deliberativo da EPSJV.

1 – Informes

- Vice-direção de Ensino e Informação

Isabel Brasil informou que Márcia Valéria Morosini, que era vice-diretora de Ensino e Informação da EPSJV, foi para o Lateps, após um período em licença por problemas de saúde. Claudio Gomes é o novo vice-diretor de Ensino e Informação, acumulando a função com a Cogetes.

- Vice-direção de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico

Maurício Monken informou que seriam realizadas duas Câmaras Técnicas de Pesquisa extras. Uma delas sobre o Inovatec e outra sobre a política editorial da EPSJV.

- Oficina do Profaps

Foi realizada na EPSJV, de 23 a 27 de maio, uma oficina para discutir a estrutura e a organização curricular do curso técnico em Vigilância em Saúde dentro do Programa de Formação de Profissionais de Nível Médio para a Saúde (Profaps). A oficina reuniu representantes de 29 Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde (ETSUS).

- Visita

Francisco Bueno (Labman) informou que a EPSJV recebeu uma demanda da Escola Técnica de Cochabamba para receber um profissional de lá para um estágio no Labman. Todas as providências foram tomadas para receber o profissional, mas a pessoa não veio para a EPSJV. A Escola Politécnica entrará em contato com a escola boliviana para informar o ocorrido e lamentar o fato.

- Labman

O Labman está em negociação com a Prefeitura do Rio de Janeiro para a qualificação de mão-de-obra na área de manutenção de equipamentos.

- Direito e Saúde

O Laborat estava participando da organização do VI Seminário Internacional de Direito e Saúde, em conjunto com a Ensp. O evento seria realizado nos dias 5 e 6 de julho.

- Seminário Indígena

Felipe Rangel (Laborat) informou que já estava definida a programação completa do Seminário Povos indígenas, educação e saúde: a formação profissional do agente indígena de saúde, que seria realizado de 4 a 6 de julho na EPSJV.

- Iniciação Científica

Cristina Araripe (LIC-Provoc) informou que houve mudanças na Coordenação de Iniciação Científica do CNPq. Isabel sugeriu marcar uma ida da EPSJV ao CNPQ para conversar com a nova coordenação.

- Observatório dos Técnicos em Saúde

O Observatório dos Técnicos em Saúde da EPSJV foi convidado para participar do Seminário estadual sobre planejamento, monitoramento e avaliação da força de trabalho em saúde no Ceará, de 21 a 22 de junho.

- RET-SUS

André Malhão informou que a matéria de capa da edição junho-julho da RET-SUS era sobre formação docente.

- Especialização em Gestão Hospitalar

Foi encerrado no dia 7 de junho o Curso de Especialização Técnica de Nível Médio em Gestão Hospitalar.

- Seminário sobre Registros e Informações

A EPSJV, através do LIRES, em parceria com o ICICT e o Datasus, realizaria nos dias 14 e 15 de julho o Seminário As Tecnologias de Informação e Comunicação no Setor Saúde.

- Lires

Sérgio Munck (VDGDI e Lires) informou que seriam apresentadas, em uma próxima reunião do CD EPSJV, algumas mudanças definidas em reuniões internas do Lires, assim como novos projetos elaborados pelo laboratório.

- Cooperação internacional

Seria realizada na EPSJV, de 15 a 17 de julho, uma oficina da segunda etapa do Projeto Mercosul.

- Avaliação de desempenho

Sérgio Munck (VDGDI) informou que a Fiocruz terá uma nova metodologia de avaliação de desempenho. Por conta da mudança, não haverá avaliação de desempenho em 2011 e a gratificação deste ano será concedida baseada na avaliação de 2010.

Até o final de junho, o diretor de Recursos Humanos da Fiocruz, Juliano Lima, iria a todas as unidades da Fundação para apresentar a nova metodologia.

- Coletivo de Gestores

A EPSJV iria participar, de 5 a 7 de julho, do Coletivo de Gestores da Fiocruz.

2 – Agenda Estratégica

Geandro Pinheiro (VDGDI) informou que o trabalho de relatoria da Agenda Estratégica da EPSJV já estava concluído e que o texto final seria enviado aos setores da escola na próxima semana.

No dia 16 de junho, seria realizada uma assembléia geral da EPSJV.

3 – Encaminhamentos da Câmara Técnica de Ensino (Habilitação de Vigilância em Saúde; forma de acesso ao Ensino Técnico)

Claudio Gomes (VDEI) informou que foi discutido na CT Ensino e Informação do dia 20 de maio o encerramento da oferta, a partir de 2012, do curso técnico de Nível Médio em Saúde de Vigilância em Saúde. Além disso, o assunto já havia sido debatido com os alunos do curso.

Isabel Brasil afirmou que a Direção apóia a decisão do Lavsa e perguntou se o laboratório tem uma previsão para voltar a oferecer o curso.

Monica Vieira (Lateps) defendeu que questões como encerramento ou oferta de novos cursos sejam debatidas mais amplamente na escola. Ela também solicitou que seja incluída na Cogetes uma representação do Lateps.

Mauro Gomes (Lavsa) reiterou que a decisão do Lavsa foi discutida com os alunos na CT Ensino e Informação e que o laboratório vai deixar de oferecer o curso na modalidade integrada, mas vai oferecer na modalidade subsequente para 10 turmas do município do Rio de Janeiro. Sobre a previsão para a volta do curso integrado, Mauro disse que consultaria o Lavsa e daria um retorno ao CD EPSJV.

Cátia Guimarães (CCDE) lembrou que quando houve a ampliação de vagas dos cursos integrados o assunto foi muito discutido no CD e que isso não aconteceu desta vez para definir o encerramento do curso. Perguntou também o que aconteceria com os professores contratados para o Labform por causa da ampliação.

Marco Antônio (Labform) disse que ainda será discutido o que vai acontecer com os professores do Labform, mas lembrou que esse impacto de redução das turmas será diluído em três anos até que as atuais turmas de Vigilância em Saúde concluam o curso. Ele também lembrou que o Labform questionou a forma como tramitou a definição de encerramento do curso técnico integrado de Vigilância em Saúde, pois, de acordo com o regimento da EPSJV, o CD é que deve decidir sobre abertura e fechamento de cursos. Marco ressaltou que um curso não pode abrir e fechar sem um estudo mais amplo, inclusive dos impactos em outras áreas, e que a escola faz a defesa da educação profissional integrada, mas está fechando um curso integrado. Ele acredita que o CD não iria ser contrário à decisão do Lavsa, mas acha que a discussão coletiva deve ser fortalecida.

Isabel Brasil lembrou que o Lavsa encaminhou, em fevereiro deste ano, uma carta à Direção da EPSJV comunicando a decisão de encerrar a oferta do curso integrado, mas a Direção acabou não trazendo o assunto para o CD e discutiu apenas com a coordenação do laboratório.

Sobre os professores do Labform, Isabel disse que o assunto está sendo discutido, mas que, a princípio, os professores serão incorporados ao curso subsequente. Além disso,

poderão se dedicar mais a pesquisa, ser inseridos em novos projetos e participar da elaboração de materiais didáticos.

Cristina Araripe (LIC-Provoc) disse que considera ter havido um problema de encaminhamento sobre a decisão de encerrar o curso, pois a decisão foi apenas informada ao CD, sem antes ser discutida coletivamente. Ela disse que cabe ao CD não só discutir questões de pedidos de saída ou mudança de profissionais de laboratório, mas também se posicionar sobre vagas para o concurso público. Cristina acha que, a partir do momento em que o Lavsa recebe apoio de outros setores da escola para solicitar um número expressivo de vagas no concurso, deixa de ser uma questão só do laboratório decidir se um curso vai acabar ou não, alegando falta de profissionais para manter o funcionamento do curso. Ela acha que a discussão de encerrar o curso deveria também incluir o debate sobre a necessidade de contratar mais pessoas para atender a mais demandas da escola.

Mauro Gomes (Lavsa) disse que as saídas de profissionais do Lavsa tiveram reflexos no grupo e que considera complexo a saída dos profissionais dos quadros da EPSJV, mas que também é complexo quando o profissional passa a desenvolver projetos que não se identificam com a escola. Ele disse que essa discussão extrapola os laboratórios e diz respeito a como um servidor público orienta sua carreira.

André Malhão (RET-SUS) lembrou que cada saída de profissionais tem condições específicas e que os gestores da EPSJV devem discutir cada caso. Ele disse que a escola deve ter como desafio tornar a unidade sedutora e atraente para o cenário da Fiocruz.

Monica Vieira (Lateps) disse que a EPSJV não deveria liberar facilmente os profissionais que desejam sair da escola.

Cátia Guimarães (CCDE) perguntou se há um encaminhamento definido sobre como devem acontecer os processos de transferência de laboratório ou saída da EPSJV.

Isabel Brasil disse que poderia ser estabelecido que esses processos de mudança deveriam ser discutidos primeiramente nos laboratórios e, em seguida, levados ao CD EPSJV para deliberação. Isabel observou que é importante avaliar cada caso, pois, se por um lado é difícil perder servidores, por outro, também é complicado manter um profissional que não está mais inserido no processo de trabalho da escola.

4 - Processo Seletivo da EPSJV

Claudio Gomes (VDEI) informou que a Câmara Técnica de Ensino e Informação da EPSJV definiu alterações no formato do Processo Seletivo da EPSJV. A partir de 2011, a prova do Processo Seletivo terá apenas questões de Português e Matemática. Os candidatos que acertarem, no mínimo, 50% das questões de cada disciplina serão habilitados a participar de um sorteio para o preenchimento das vagas.

A CT Ensino e Informação também definiu, por unanimidade, que, a partir de 2012, os Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio terão a duração de quatro anos.

Etelcia Molinaro (Latec) defendeu a inclusão de Ciências na prova para avaliar as habilidades dos alunos nessa área.

Ignez Siqueira (Representação dos Trabalhadores) lembrou que a EPSJV é uma escola diferenciada e que não deveria selecionar alunos aleatoriamente, por sorteio. Ela considera importante que o aluno tenha o domínio mínimo de alguns conteúdos e lembrou que a escola já adotou o sorteio anteriormente e voltou atrás porque o sistema não deu certo. Ignez acredita que o sorteio não vai promover a democratização e a universalização do acesso à EPSJV. Sobre o curso de quatro anos, Ignez disse que o considera ideal, mas lembrou que hoje existe uma cobrança muito grande para entrar no mercado de trabalho ou na universidade. Lembrou ainda que alguns estudantes se certificam pelo Enem e acabam abandonando o curso para entrar na universidade.

José Orbílio (Labgestão) explicou que o Labgestão é contra o sorteio por acreditar que o sistema de cotas já favorece o acesso de pessoas que não teriam essa possibilidade. O laboratório defende que seria melhor criar uma cota social para estudantes carentes, além da que já existe para alunos de escolas públicas. Ele disse ainda que o Labgestão é a favor do curso de quatro anos, mas acha que é preciso rever todas as disciplinas e eixos para a mudança dos cursos, não apenas redistribuir as disciplinas.

Marco Antônio (Labform) defendeu o sorteio como uma boa forma de acesso à EPSJV e lembrou que, atualmente, a escola não consegue atender nem um décimo dos estudantes que a procuram, mas que a EPSJV tem que lidar com a impossibilidade de aceitar quem procura a escola.

Claudio Gomes (VDEI) falou que foram levantadas várias possibilidades na CT Ensino e Informação sobre a taxa de inscrição para o Processo Seletivo. As duas propostas finais foram: não cobrar taxa de inscrição ou cobrar R\$ 25, que corresponde a metade do valor cobrado em 2010.

Isabel Brasil disse que a EPSJV tem como custear o Processo Seletivo cobrando metade do valor da inscrição de 2010.

Marco Antônio (Labform) lembrou que além de reduzir o valor da taxa de inscrição, a EPSJV irá manter a possibilidade de isenção da taxa de inscrição para os candidatos que solicitarem o benefício. Lembrou ainda que não tem como a escola prever se a mudança no formato do processo seletivo vai aumentar a procura.

José Orbílio (Labgestão) defendeu que o valor da taxa de inscrição seja reduzido para o processo seletivo deste ano, mas observou que a redução da taxa pode gerar um grande aumento no número de inscritos, o que pode aumentar os custos do processo seletivo.

André Malhão (RET-SUS) defendeu que o valor da taxa de inscrição não fosse definido no CD EPSJV, mas sim, pela Direção da escola, por ser uma questão orçamentária.

Em deliberação, o CD EPSJV aprovou o novo formato do processo seletivo, a ampliação do período do curso para quatro anos e que o valor da taxa de inscrição seja definido pela Direção da EPSJV.